

| | |
|---|----------|
| ECONOMIA E TRABALHO NA REGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL | 2 |
| INTRODUÇÃO: | 2 |
| ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES: | 8 |
| A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES | 11 |
| ORGANIZAÇÃO SINDICAL : | 15 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS: | 20 |
| ANEXOS | 23 |

ECONOMIA E TRABALHO NA REGIÃO SUDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

*BEATRIZ ANA LONER**

INTRODUÇÃO:

Esta comunicação pretende trazer alguns dados sobre a economia das cidades de Pelotas e Rio Grande na década de 1930, e também avaliar a capacidade de mobilização dos trabalhadores urbanos da região nesses anos. Os trabalhadores destes locais deram mostra, precocemente, de uma vocação organizativa e mobilizatória, que, entretanto, não conseguiu manter-se posteriormente. O mercado de trabalho nos dois municípios, sempre foi muito limitado no século XX, devido a um retrocesso de suas atividades industriais, que reduziram-se acentuadamente em inícios da República, havendo sua reconversão para atividades da agro-indústria. Dessa forma, historicamente sofreram com o desemprego, que em parte foi minorado nas décadas de 20 e 30, com o desenvolvimento do setor de construção civil e portuário em Rio Grande. Mesmo assim, sucedem-se denúncias de poucas chances de emprego, ou exploração demasiada, oportunizada exatamente pela fragilidade dos trabalhadores frente às poucas oportunidades. Em outros momentos, tem-se notícias de uma ampla circulação de trabalhadores pelas cidades da região, mais evidentes nos setores da construção civil e do porto, sempre em busca de oportunidades de emprego.

As duas cidades constituíram um dos primeiros pólos industriais do estado do Rio Grande do Sul, ao final do século XIX, decaindo de importância posteriormente, devido a fatores variados, em que se mesclam aqueles claramente políticos e aqueles que derivam de um reposicionamento global da economia brasileira. O Rio Grande do Sul, na década de 30, encontrava-se no apogeu do seu modelo histórico de desenvolvimento agro-industrial, gestado ao longo de um século, segundo Muller. Entre as décadas de 30 e 50, suas várias zonas se fusionaram, integrando-se num todo denominado "mercado sul rio-grandense", cujo "centro nevrálgico repousava nas atividades agropecuárias conectas às atividades fabris e exportadoras" (Müller, 1979, p. 363). Até 1950, a indústria estava voltada à transformação das matérias primas agrícolas ou ao fornecimento de insumos ou equipamentos a estas mesmas atividades. Nesse quadro, a indústria de Porto Alegre ocupava o lugar de destaque, tendo já consolidado seu predomínio sobre o Estado. É na comparação com Porto Alegre, que se pode visualizar o quanto o antigo pólo Rio Grande – Pelotas, que no século XIX tivera um desenvolvimento maior que a capital (Singer, 1977),

* Professora do Depto. História e Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, doutora em Sociologia pela UFRGS. E-mail: loner@ufpel.edu.br ou bloner@terra.com.br.

perdeu ao longo da República Velha. Das duas cidades, a parte industrialmente mais fraca era a pelotense, que perdia para outras cidades da região nordeste do Estado, como Caxias, São Leopoldo ou Novo Hamburgo, tanto em termos de número de operários empregados, quanto de diversificação da produção, nos ramos industriais (Bandeira, 1994). A região sul do Estado passava por uma lenta decadência, terminando por especializar-se, reduzindo sua produção apenas àquelas atividades voltadas para o beneficiamento de produtos da agropecuária local, principalmente o arroz e a carne. Nota-se, ao mesmo tempo, a ausência do segmento produtor de bens manufaturados para o mercado regional, com vários estabelecimentos, antes existentes, desaparecendo por dificuldades em enfrentar a concorrência de empresas de outras regiões (Bandeira, 1994). Segundo esse autor, isso se deve à pequena dimensão do mercado da própria região sul, que não conseguiu sustentar as empresas desse tipo que possuía, quando elas não tiveram mais capacidade de competir nacionalmente. Além disso, a competição com Porto Alegre no seu próprio mercado, já restrito, levou ao desaparecimento.

No início dessa década, ocorreu a falência do Banco Pelotense, aprofundando a situação de crise em que se debatiam as classes possuidoras na região, levando a uma violenta falta de capital, que se estendeu por toda a década. Essa falência teve suas origens na crise internacional de 1929, na criação do Banco do Rio Grande do Sul (e na retirada de dinheiro da primeira para a segunda instituição, por parte do governo), na falência do Banco Popular e também na grande crise da pecuária, com estancieiros e charqueadores encontrando-se sem mercados, enquanto o governo não via formas, nem de auxiliá-los na superação dos seus problemas, nem de amparar o próprio banco, o que levou ao seu fechamento (Pesavento, 1980). Portanto, foi uma década extremamente difícil para a região, com retração econômica e fechamento de várias possibilidades antes existentes em termos industriais. As indústrias de Pelotas compareceram na estatística industrial do Estado¹ em 1937, divididas em vários ramos entre os quais sobressaíam, com o maior capital e também maior valor de produção, o têxtil; os curtumes; as fábricas de produtos químicos (velas, sabões e farmacêuticos); a indústria da alimentação e outras, como tijolos, telhas e adubos. Pela relação, pode-se perceber sua redução a alguns setores, enquanto outros, como metalurgia, cerâmica e vidraria, mobiliário e vestuário apresentaram participação decrescente em relação à outras décadas.

Rio Grande apresentava valores bem mais altos, tanto relacionados ao capital, quanto ao valor da produção, nos ramos: têxtil; alimentação; vestuário, construção naval e indústrias reunidas. Nesses ramos, eram algumas indústrias que, praticamente, faziam a diferença, com os altos valores de sua produção. Por exemplo, na indústria da alimentação, os frigoríficos compareciam com 52.000:000\$ de um total de 56.000.000 \$; no vestuário, somente uma oficina de calçados contribuiu com 1.000:000 \$ de capital,

¹ *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*, organizada por Limeira Tejo. Diretoria Geral de Estatística, ano de 1937. Porto Alegre, Globo, 1939.

enquanto os demais, reunidos entraram com apenas 228.000\$. Além desses possuía ainda metalurgia, cerâmica, produtos químicos, mobiliário, edificação e indústrias de luxo, mas com um valor bem menor. Entretanto, sua diferenciação em relação à Pelotas era bem significativa (Ver tabela 1), devido ao fraco desempenho da indústria pelotense nessa década. Anteriormente, ela ainda conseguia manter um número maior de empresas que Rio Grande, que, entretanto, a superava graças ao gigantismo dos seus estabelecimentos. Com relação a Pelotas, a tabela 2 abarca o conjunto dos estabelecimentos industriais durante a Primeira República, visualizando a dependência do município em relação as empresas de base agro-pastoril, várias delas de pequeno porte. Na década de 30 a falência do banco pelotense e a retração geral da economia, provocada pela crise iniciada em 1929, levou a um decréscimo da industrialização na cidade. Entretanto, ela continua a atuar como centro comercial importante para a região próxima, ao que se agrega sua participação no conjunto dos serviços especializados oferecidos a população da região sul.

Quanto aos dados demográficos, não existem estatísticas para o início da década de 30, apenas para o ano de 1940, o qual será a base, portanto, dos dados aqui descritos². Em 1940, o crescimento da população rural de Rio Grande foi apenas vegetativo, enquanto em Pelotas houve uma estagnação da zona rural, que caiu para cerca de um terço da população, resultado da fuga de colonos e peões para as cidades, tangidos pela falta de trabalho nos campos. Por outro lado, a diferenciação populacional ampliou-se entre Pelotas e Rio Grande, com a primeira possuindo um total de 104.553 habitantes, sendo 66.293 em zona urbana ou suburbana, e Rio Grande apresentando um total de 60.802 habitantes, 51.331 pessoas na cidade ou subúrbios. Desse total, Rio Grande possuía 56.316 brasileiros natos e 546 naturalizados, enquanto os estrangeiros eram em número de 3.932, representando 6,4% apenas da população. Quanto à cor, a cidade rio-grandina contava com 53.121 brancos, 6.902 pretos e 717 pardos, além de outros 31 habitantes. Reunindo pardos e negros, encontrava-se um total de 7.619 pessoas, 12,5% da população, o que constituía um percentual baixo, em comparação com aquele de 27,48% de negros e pardos encontrados para 1888³.

Em Pelotas, os dados se apresentaram da seguinte forma: do total de 104.553 habitantes do município, 100.155 eram brasileiros natos, 728 eram naturalizados e os estrangeiros representavam apenas 3.667, ou 3,5% da população. Utilizando-se apenas os números absolutos, vê-se que a participação estrangeira tornou-se muito pequena nas duas cidades, que tinham, praticamente, o mesmo número, sendo que em Rio Grande a proporção era relativamente maior, tendo em vista seu menor número de habitantes em relação a Pelotas. Quanto à cor, em Pelotas os brancos contabilizavam 88.918 pessoas, os pretos 9.620, pardos 5.691 e amarelos 15, enquanto 39 não declararam a cor. Em termos proporcionais, isso significava que a população negra ou parda na cidade era de 14,9%, constatando-se, novamente, um grande

²Fonte: *Recenseamento geral do Brasil*, 1º setembro de 1940. Censo Demográfico do Estado do RS, IBGE, Parte XX, Tomo 1, RS.

decréscimo percentual em relação a 1891⁴, quando era de 30,7%. Ressalta-se que não há dados intermediários sobre a cor que permitam analisar mais profundamente este decréscimo.

Quanto à instrução, 60,7% dos habitantes de Rio Grande sabiam ler, enquanto em Pelotas 57,4% eram alfabetizados. Esse percentual das duas cidades era alto em relação ao total do RS, de apenas 45,9%, e representava uma melhora em relação à situação no início da República, de 40% em 1888 e 42,4% em 1911 para Rio Grande. Também em relação à Pelotas, estes índices mantêm aceitação em relação a 1891 e 1911, anos em que o município contava com 48% de sua população alfabetizada. Contudo, parecem assinalar uma estagnação, ou até retrocesso, em relação ao censo de 1920, que já apontava mais de 60% de alfabetizados nas duas cidades.

A partir do censo industrial de 1937, viu-se que o número de operários industriais existentes nas duas cidades experimentou um sensível decréscimo em relação ao conjunto do Estado. Pela tabela 1, sabe-se que Pelotas teria 2.120 operários, distribuídos em 89 fábricas e oficinas, enquanto Rio Grande teria 6.000, distribuídos em 131 estabelecimentos. Entretanto, outros dados sobre a situação industrial do Estado, baseados no censo de 1940 e reelaborados pela FEE,⁵ apresentaram resultados diversos. Assim, Pelotas teria 259 estabelecimentos industriais, com 4.163 empregados, enquanto Rio Grande teria 103 estabelecimentos com 7.052 empregados. Os próprios dados do Censo de 1940, consultados, não ajudam a entender a disparidade existente entre as fontes, até porque não apresentam harmonia com nenhum dos dois resultados citados. Na dúvida, talvez seja melhor aceitar os dados da FEE, porque se tem conhecimento que a estatística industrial de 1937 enfrentou alguns problemas metodológicos. De toda a forma, ressalta-se a disparidade no número de trabalhadores em uma e outra cidade, mantendo-se a proporcionalidade de maior número de operários em Rio Grande. Entretanto, Pelotas contava com um número maior de estabelecimentos industriais, o que dá a entender que estes estabelecimentos seriam bem menores, mantendo, pois, a tendência observada desde o início de sua industrialização. Assim, Rio Grande tinha, proporcionalmente, um peso muito maior da população operária, que na zona urbana chegava a 14,29% de sua população, enquanto em Pelotas era de 6,71% na zona urbana e 3,98% apenas no total. Agregando-se a esses trabalhadores efetivamente empregados o total de seus dependentes, ter-se-á um número bem maior quanto ao conjunto da população que pode ser designada como formando a classe operária. Nesse número não estavam computados os trabalhadores empregados em transportes.

³ *Almanaque do Rio Grande do Sul para 1889*, p. 202. Estes dados foram analisados no cap. 2.

⁴ fonte : *Boletim apresentado a Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891*, por Euclides B. de Moura, diretor da repartição de estatística da mesma Intendência . Pelotas, Livraria Universal, 1891.

⁵FEE - *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, FEE, 1986, p. 250.

Quanto ao emprego de mulheres e crianças na indústria, tem-se que trabalhar com os dados do Censo de 1940, a respeito⁶. As mulheres concentravam-se nas indústrias de transformação, das quais representavam cerca de 10% em Pelotas e 24,5% em Rio Grande. Em Pelotas, do total de 592 mulheres que trabalhavam na indústria de transformação, quase um terço, ou 32,4% eram meninas de 10 a 19 anos, enquanto para Rio Grande, do total de 1780 mulheres empregadas nesse tipo de indústria, 522 eram meninas, ou 29,3%. Os meninos tinham uma regular taxa de emprego, em relação aos homens, na indústria de transformação (16,2% em Pelotas e 17,7% em Rio Grande) e no comércio, apresentando menores índices nas indústrias extrativas e transportes, funções nas quais também era praticamente inexpressiva a presença de mulheres.

Economicamente, esses foram tempos caracterizados como difíceis, marcados pela depressão econômica mundial, que atingiu severamente o país e as atividades produtivas, não poupando indústria e comércio. Assim, foram anos de falta de emprego, salários rebaixados e carestia de vida. O resultado dessa combinação foi o aumento da mortalidade infantil. Por exemplo, no antigo bairro operário do Areal em Pelotas, notícia do Inspetor de Estatística da cidade constatava que em 1927 haviam nascido vivas 178 crianças, mas morreram 194. Para os dois primeiros meses do ano de 1929, no Areal haviam morrido 38 pessoas, sendo 29 crianças, a maioria delas com idade até dois anos e de doenças do aparelho digestivo(21). Terminava a notícia o inspetor alertando que “ as condições de insalubridade deste bairro são muito grandes e devem ser objeto de enérgicas providências” (Opinião Pública de 3/4/1929) . providências estas que não aconteceram, pois um ano depois repetem-se notícias sobre “um déficit demográfico sensível”, que se manifestava especialmente nas zonas urbanas, causado “pelas deficientes condições de salubridade do meio e dos alimentos ingeridos” (Correio Mercantil, 1/2/1930). Foi na década de 30 que os jornais começaram a noticiar as péssimas condições de moradia de bairros populares, em que os trabalhadores eram forçados a morar em barracos mal abrigados, em zonas pantanosas, havendo ainda cortiços anti-higiênicos e apinhados nas zonas mais centrais. Mesmo em zonas de população mais antiga, junto às fábricas, as ruas não possuíam calçamento ou infra-estrutura sanitária, dificultando a vida dos moradores. Os bondes costumavam andar sempre cheios, especialmente em Pelotas, na qual existiam alguns “bondes operários”, que cobravam uma tarifa menor. Em Rio Grande, não existia a tarifa especial e os operários que calçavam tamancos ou chinelos ainda eram humilhados, sendo proibidos de sentarem-se nos bancos (*A Evolução*, 15/5/1936). Outra consequência da penúria operária, era a disseminação de meninos de rua, existentes em grande número nessa cidade e em Porto Alegre, abandonados também pelo Estado e explorados por alguns elementos (*A Evolução*, 10/5/1936 e 28/6/1936).

⁶ *Recenseamento geral do Brasil*. 1º setembro 1940. IBGE. Censo demográfico, Estado do RS, parte XX, tomo 1, RS.

Nas fábricas, as condições de trabalho melhoravam muito lentamente, mas havia, especialmente em Rio Grande, denúncias sobre a pouca higiene dos estabelecimentos e a falta de acomodações, como vestiário e banheiros para os empregados. A situação era denunciada pelos sindicatos e nas mobilizações das categorias, com nulos resultados, entretanto. A tuberculose disseminava-se entre a população operária, mas, segundo os sindicalistas, as indústrias não se preocupavam com esse problema “pois sempre há outros, querendo trabalhar” (*A Evolução* 8/12/1935). Outro problema era a diferença de tratamento entre os empregados brasileiros e estrangeiros por parte das empresas⁷. Houve várias denúncias, da preferência pelo trabalhador estrangeiro, de salários diferenciados e humilhações verbais, além de atitudes agressivas de gerentes, engenheiros ou capatazes contra o trabalhador nacional, quando este se insurgia ou apenas buscava emprego nesses locais. Assim, por exemplo, o capataz do Moinho Pelotense puxou a arma para operários da construção civil que lá foram em busca de emprego (*Opinião Pública*, 15/8/1932). As costureiras de Pelotas trabalhavam, em 1935, cerca de 10 horas e meia, ganhando pouco e não possuindo sindicato próprio (*Alvorada*, 3/2/1935). Em Rio Grande, as fábricas de conservas acumulavam muitas queixas de seus empregados contra elas. Em 1934, houve denúncias de péssimas condições de higiene e exploração de menores na Fábrica de Francisco Gallo (*A Evolução*, 18/1/1934). A Swift tratava diferenciadamente operários nacionais e estrangeiros, servia comida ruim e acumulava de trabalhos as serventes de cozinha (*A Evolução*, 10/2/1935). Os operários têxteis eram despedidos anualmente por “falta de serviço”, sendo recontratados dois meses depois, às vezes por menor valor (*A Evolução*, 12/7/1936), e seu sindicato, considerado “ministerialista” pelo jornal, nada fazia. O desfiar de queixas era ininterrupto, mas a situação enfrentada talvez possa ser sintetizada na frase final de um articulista de *A Alvorada*, sobre as condições de vida e luta operária naqueles anos: “A situação que enfrentamos é insuportável, é desoladora e nos conduzirá às portas do abismo e da revolta, e se gritarmos com fome, teremos o epíteto de indesejáveis e subversivos, de maus brasileiros, de inimigos da ordem e da tranqüilidade pública” (*A Alvorada*, 4/8/1935).

O excesso de oferta de mão de obra se refletia em algumas práticas patronais, como na fábrica Rheingantz, quando da extinção da alfaiataria, em que um conjunto de operárias foram despedidas, sendo que algumas foram recontratadas depois em outras seções, mas sem pagar-se as férias, devido a demissão (*A Evolução*, 20/1/1935). A fábrica Amaral, às vezes obrigava seus funcionários, crianças e mulheres a cumprir turnos de 11 horas, em parte à noite, além de prejudicar seus operários no peso do camarão (*A Evolução* 8/12/1936 e 24/2/1935). Também havia o expediente da demissão de alguns funcionários em várias atividades e a redistribuição de trabalho aos demais, o que caracterizava excesso de trabalho. O jornal *A Evolução*, em inícios de 1935 promove uma investigação sobre as condições de trabalho nas

⁷ Essa questão só começou a ser denunciada pelos jornais a partir de meados da década de 20, embora seja fácil

fábricas da cidade de Rio Grande, o que resulta nas queixas acima apontadas e em várias outras, normalmente dizendo respeito a poucos trabalhadores e não a ações coletivas, que entretanto não conseguiam o respeito aos seus direitos, seja pela omissão dos fiscais do Ministério ou pela inoperância dos próprios sindicatos, muitos deles temerosos da reação patronal.

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES:

As duas cidades sempre foram sede de numerosas associações, mutualistas, recreativas, étnicas e operárias, com estas últimas nutrindo um movimento operário de importância relativa dentro do estado, desde o final do século XIX. Na década de 30, as entidades mutualistas já haviam perdido boa parte do seu vigor e as associações étnicas entraram em acentuado declínio, mantendo-se algumas como um meio de cultivar a tradição, mas perdendo o caráter do passado, na medida em que, para boa parte dos filhos de imigrantes, a integração estava completa na nova sociedade, o que pode ser comprovado pelo aparecimento de sobrenomes estrangeiros em ocupações típicas de camadas intermediárias e também pelo seu posicionamento em diretorias de clubes tradicionais da elite. Apenas para judeus, poloneses e negros, além de alemães, as sociedades étnicas continuaram a cumprir suas funções de integração e recreação do grupo, sendo que, no caso das alemãs, o processo de integração estava em acelerado curso, observando-se sobrenomes nacionais na direção de suas sociedades.

Uma grande quantidade de operários na cidade de Pelotas era de cor negra e sua organização étnica, na República Velha, terminou confundindo-se com a organização operária, em muitos casos. Depois de 30, o processo de integração dos negros à sociedade continuou a desenvolver-se, embora lentamente, devido aos empecilhos colocados à ascensão social dessa etnia, sempre discriminada e ocupando as funções mais baixas na sociedade. Seu acesso à escola continuou sendo negado, no caso de estudos de segundo ou terceiro grau, ou limitado, mesmo quanto ao ensino primário. Não por acaso, um dos principais objetivos da Frente Negra Pelotense era lutar pela elevação do negro, principalmente através da educação (*Alvorada*, 14/1/1934). Os negros tiveram grande participação nos organismos sindicais e nas lutas populares, sendo encontrados em todas as tendências sindicais e cores partidárias. A discriminação, que imperava em outros setores da atividade social, não parecia refletir-se de forma simétrica nestes, havendo lideranças negras de destaque, tanto nos sindicatos, quanto nos partidos políticos de esquerda. Como exemplo, cita-se o caso do Partido Socialista Proletário do Brasil, que apresentou oito candidatos a deputado federal no Estado, em 1934, entre eles cinco operários de Pelotas, sendo quatro negros (Opinião

Pública 8/10/1934). Outro exemplo foi Carlos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande, depois deputado classista estadual.

As sociedades beneficentes negras, em maioria, já haviam desaparecido nessa década, algumas cedendo espaço a entidades recreativas, carnavalescas ou esportivas. Através do samba, do carnaval e do futebol, eles foram alcançando um espaço visível na sociedade. Porém esse mesmo espaço terminou consolidando uma imagem caricata do negro na sociedade e, no processo, esses grupos perderam a oportunidade de uma integração não marcada por estereótipos ou atividades determinadas, dissolvendo-se, inclusive, a memória da riqueza de suas formas de associação no passado. Mas a etnia negra deu um salto qualitativo em sua luta pela afirmação racial e integração social, com a criação da Frente Negra Pelotense, entidade de caráter político, fundada em 10/5/1933, a partir da constatação da necessidade de uma entidade aglutinadora na luta contra a discriminação racial. A Frente Pelotense manteve bom grau de mobilização em 1934, organizando-se e se fazendo representar no I Congresso Afro Brasileiro, realizado no Recife, por Miguel Barros. Mas em 1935, entrou em crise (*Alvorada* 27/1/1935) e terminou desaparecendo. A Frente Pelotense referenciava-se na Frente Negra Brasileira, fundada em São Paulo em 1931, mas apenas enquanto estímulo organizacional, pois há poucos indícios de troca de correspondência ou idéias entre uma e outra frente. Até onde foi possível apurar, as idéias de ambas divergiam, bem como sua formação de classe, pois enquanto em Pelotas ela era formada por lideranças operárias, reunidas ao redor do *Alvorada*, muitos dos quais defensores de uma proposta socialista, a Frente Negra Brasileira apoiava um discurso xenófobo, desenvolvido durante esta década. Na verdade, a etnia negra ficou favoravelmente motivada em relação a Vargas, devido às leis trabalhistas e a lei de Nacionalização do Trabalho⁸.

Quanto às entidades patronais, elas sofreram profunda transformação nessa época, devido à proposta corporativa de representação, implementada no governo Vargas, decorrendo daí a criação de sindicatos patronais, federações e confederações. Segundo Troyano (1978), que repete constatação de Niemeyer, assessor do MTIC, um dos maiores atrativos da sindicalização, para os empregadores, foi a possibilidade de representação classista no parlamento, o que fez aumentar significativamente o número de sindicatos patronais, especialmente após a Constituinte de 1934. Assim, os patrões trataram de organizarem-se, formando vários sindicatos de classe. Em Pelotas, foram desenvolvidos os Sindicatos dos Construtores, dos Comerciantes, dos Industriais de Panificação, dos Proprietários em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias e Cafés. Permaneceu em atividade a Sociedade dos Artistas Alfaiates, incorporando-se, posteriormente, ao Sindicato dos Alfaiates. Os industriais da fabricação de conservas em Rio Grande também formaram um sindicato próprio. Os setores industriais eram representados pelo Centro da Indústria Fabril, organizado em 1930, com sede em Porto Alegre e que só aceitava fábricas que empregassem mais de 25

⁸ Esta lei exigia que dois terços dos trabalhadores de empresas fossem nacionais.

operários por turno e tivessem capital mínimo de 200 contos de réis. Esta associação fazia a interlocução do empresariado com o governo, detendo importante poder de pressão, apesar do número de seus filiados ser relativamente baixo, cerca de 90 empresas em 1933 e 105 em 1935 (Machado, 1983). Como filiados a este Centro havia dez empresas de Pelotas e seis de Rio Grande⁹, entre as maiores da região.

No setor agropecuário, em que já se haviam desenvolvido alguns sindicatos na década passada, o associativismo passou a ser visto como a saída para seus problemas, desenvolvendo-se também cooperativas de produção e criando-se órgãos do governo com a participação dos produtores, como os Institutos (do Arroz, do Mate, do Vinho) para fazer frente às necessidades do setor. Estadualmente, os seus interesses eram representados pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul e pelos sindicatos, os quais, entretanto, podiam ter sua sede em cidades do interior, como o Sindicato dos Charqueadores, cuja sede era em Pelotas. Em Rio Grande, constituiu-se o Sindicato Agropecuário de Empregadores (8/10/1934) e manteve-se a Associação Rural, criada em 1920, aparecendo algumas associações mais especializadas, como a Sociedade Avícola, fundada em 25/53/1931 e a União Comercial dos Vendedores de Leite. Leiteiros e mangueiristas também se organizaram em Pelotas, formando a Sociedade União dos Produtores do Leite, surgindo a Sociedade Cooperativa União Pelotense de Produtores de Leite em 1932. Essa movimentação do setor foi resultado da greve do segundo semestre de 1929 e das tentativas de terminar com os problemas advindos da criação do Entrepasto de Leite. Associação Rural, Sociedade Avícola e Centro dos Barraqueiros foram outras instituições que mantiveram presença nesta década em Pelotas. As associações comerciais nas duas cidades continuaram com sólida implantação, desenvolvendo-se outras associações de categorias prestadoras de serviços ou de vendedores, além da continuidade das associações de proprietários de imóveis.

Na tentativa de debelar a crise econômica por que passava a cidade, criou-se, em 1931, a Liga em Defesa de Pelotas, agregando pessoas e setores influentes da cidade, para cuidar dos interesses do município (Opinião Pública 12/1/1931). Com o mesmo sentido de lutar pelos seus interesses, mas num setor mais restrito, formou-se o Centro das Uniões Coloniais do Município de Pelotas, surgido em 1930, que se congregou a outras cidades e colônias gaúchas, formando a Liga das Uniões Coloniais, que realizou seu 4º Congresso em março de 1933, nesta cidade (Diário Popular 7/3/1933). Em Rio Grande, às vésperas do Estado Novo, surgiu a Associação Progressista pró Rio Grande, cuja finalidade era "defender seus mais vitais interesses e pugnar pelo seu progresso" (*Voz do Povo*, 15/7/1937). De cunho popular e pela ação de correntes políticas de esquerda, também formaram-se algumas associações, como a Liga de Educação e

⁹ De Pelotas: Curt Rheingantz & Caruccio, Júlio Madler & Cia, Sociedade Inal Cerâmica, Cia de Construciones y Pavimentos, Fiação e Tecidos Pelotense, F.C. Lang, Gomes Silva, Cristiá e Lamego. De Rio Grande: União Fabril, Tecelagem Ítalo-Brasileira, Sociedade Industrial Ltda., Leal Santos, Llopert, Fábrica de Charutos Poock (MACHADO, 1983, p. 337).

Saúde, fundada para apresentar emendas ao projeto de lei orgânica municipal (*Evolução* 23/2/1936), com o apoio de vereadores progressistas de Rio Grande. Ainda surgiram outras, por correntes políticas governistas, como o Centro Popular Flores da Cunha, organização da zona do porto de Pelotas, fundada para lutar por melhorias para seu bairro, com participação operária (Opinião Pública 25/6/1937).

Partidos e frentes políticas de esquerda fizeram sua aparição na cena política, buscando a adesão dos trabalhadores aos seus projetos e disputando seus votos com os partidos tradicionais, nas eleições do período. A deputação classista, inicialmente desprezada e pouco aproveitada, transformou-se num espaço de disputa entre as várias correntes com inserção no meio operário. Entre estes setores de esquerda, destacaram-se os comunistas, cuja atuação foi fundamental no período, marcando o movimento operário e sindical, devido a uma militância aguerrida e a propostas que encontravam eco na conjuntura e nas preocupações operárias. Deles partiram as principais formas organizacionais, para aglutinar a luta do operariado e de toda a população pobre, como a ANL, a LEP e outras. Impiedosamente acossados pela repressão, sempre encontravam formas de continuar seu trabalho, proliferando mesmo sob condições extremamente adversas, finalmente derrotados apenas em 1937, com o Estado Novo. Em Rio Grande, o movimento sindical e popular conseguiu eleger dois vereadores em 1936, pela Frente Popular. Vários outras frentes e partidos surgiram nas duas cidades nestes anos, sem maior continuidade, algumas delas apresentando sindicalistas como candidatos.

Entre as propostas à direita do espectro político, destacaram-se a Ação Integralista, o Partido Fascista e o Nazista, estes últimos com poder de atração apenas entre os descendentes de imigrantes. Merece destaque ainda a criação da União Democrática Nacional, proposta social democrata de Bruno de Mendonça Lima, que chegou a organizar-se nas duas cidades, em 1936 e 1937.

A MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

No início dos anos 30, os trabalhadores da região passavam por uma situação *sui-generis*, já que, até janeiro/fevereiro de 1930, havia uma forte atividade do Partido Comunista na região, que, entretanto, não resistiu a forte repressão desencadeada pelo conjunto das forças políticas tradicionais, já então alinhadas ao redor da candidatura de Getúlio Vargas a presidência, formando a Aliança Liberal. Entretanto, a vitória da proposta da Aliança, com a formação do governo provisório, trouxe esperanças de modificação das condições de vida dos trabalhadores, motivada tanto pelas promessas dos aliancistas, quanto pelo fato que muitos operários tinham realmente se integrado na proposta de revolução dos insurgentes e agora estavam prontos para cobrar seu apoio. Havia uma grande expectativa de modificações no tratamento dos trabalhadores por parte do governo e a instalação da estrutura sindical, com a lenta decretação das leis

sindicais inibiram mobilizações nos primeiros anos, que se tornaram impossíveis, a partir de 1935, com a forte repressão que se segue a revolta da Aliança Nacional Libertadora.

Assim, as greves vão ocorrer especialmente nos setores vinculados aos transportes, seja terrestres, fluviais ou marítimos, estes últimos participando de uma greve de abrangência nacional, em 1935. Também a viação férrea será responsável por um grande movimento estadual no mesmo ano. Motorneiros da Light, em Pelotas, são responsáveis por três episódios grevistas em quatro anos, todos eles intimamente ligados a problemas na relação de trabalho com uma companhia estrangeira e o fim das punições provocadas pelo próprio movimento. Estivadores em Pelotas, carvoeiros e trabalhadores em barcos de carvão em Rio Grande também paralisaram em 1934 e 1935. Ainda houve movimento de pedreiros e empregados dos correios, em Rio Grande. Outra categoria que entrou em greve nas duas cidades, foram os gráficos, mas dentro de movimentos isolados à redação de um ou outro jornal, que foram tratados com muito rigor repressivo. Em Pelotas, nenhuma categoria industrial entrou em greve, enquanto em Rio Grande, as operárias de uma fábrica de anagem abriram a década com uma greve devido à redução dos seus salários em 1930. Operários de três frigoríficos foram obrigados a paralisar, em 1935 e 1936, também em episódios de fortíssima repressão policial.

Estas violências contra grevistas e lideranças sindicais, somava-se a sistemática repressão contra os militantes comunistas, sempre perseguidos e presos, mesmo antes de 1935. O pior episódio policial deu-se na mobilização conjunta de estivadores e motorneiros em Pelotas, que terminou com a invasão e fechamento da sede do sindicato dos estivadores, prisão de lideranças e ferimentos em outras, além do obscuro episódio de cerco a casa do presidente do sindicato, que desapareceu da cidade, constando que duas de suas crianças teriam morrido no cerco, de inanição¹⁰. Já em 1930, na mesma cidade, uma liderança dos motorneiros tinha sido seqüestrada durante a greve, reaparecendo depois em grave estado de confusão mental¹¹. Ou seja, se a administração federal tentava integrar os trabalhadores via legislação sindical, o braço repressivo deste mesmo Estado, amparando e apoiando-se nos patrões, cuidava para que o grau de satisfação fosse total dentro dos estabelecimentos empresariais, pois qualquer insatisfação podia ser punida com a perda de emprego ou perseguições e prisões. .

Os próprios motivos das mobilizações dão idéia dos problemas que os trabalhadores enfrentavam: houve greves não só por aumento de salário e melhoria de condições de trabalho, o que é comum, mas contra a redução salarial e não cumprimento de acordos ou retirada de bônus e prêmios, o que implicava também em diminuição dos proventos. Essas eram lutas defensivas, pela manutenção do status quo, seja em termos de remuneração, seja de direitos conquistados. Veja-se quão precária era a situação dos

¹⁰ O Libertador de 16/3/1935.

¹¹ Opinião Pública e O Libertador, cobertura de 6 a 12 de dezembro de 1930

trabalhadores nestes municípios, que tinham que tentar manter seu nível de vida numa situação de crise e pouco emprego, ao mesmo tempo que suas organizações eram tuteladas e disciplinadas pelo governo e suas mobilizações enfrentavam a dura resistência dos patrões e da policia.

Mas talvez o pior caso, seja o enfrentado pela categoria dos graniteiros do Capão do Leão, as voltas com problemas referentes às empresas contratantes dos serviços, especialmente a Cia. Americana de Pavimientos e Construciones, motivo de três greves, apenas em 1936. Os problemas eram recorrentes: ou os operários eram pagos apenas com vales, ou então, os trabalhos eram paralisados e as famílias terminavam passando fome. Essa problemática aparecia nos jornais desde 1930¹², quando o Opinião Pública (1/12/1930) denunciou que os trabalhadores não eram pagos em dia, estando há 13 meses com seus salários atrasados e necessitando descontar seus vales com ágio de até 15%, em um armazém local, que, inclusive, se apressavam em defender, pois sem isso a situação seria ainda pior. Em 1933, em artigo sob o título *As leis trabalhistas não são cumpridas em Pelotas*, o mesmo jornal (27/6/1933) questionava sobre a atuação das centrais sindicais da cidade neste assunto. Em resposta, a FSP, ao qual o Sindicato dos Graniteiros era filiado, informava que havia sido feito memorial, entregue pessoalmente ao ministro, mas do qual não houvera resposta. Em setembro de 1935 o jornal denunciava que os trabalhos nas pedreiras municipais estavam paralisados, e cerca de 80 operários se encontravam desempregados, com suas famílias passando fome, apelando ao prefeito, para que solucionasse a questão. No início de 1936, eles entraram em greve, devido à falta de pagamento e à falta de gêneros no armazém da Cooperativa, mantido pela empresa, o qual havia dias dispunha apenas de pão. A Cia. alegou que nada poderia fazer, enquanto não recebesse do Estado a quantia que este lhe devia. Com a intervenção do prefeito de Pelotas e do deputado classista Austro de Oliveira, foi feito um acordo com a companhia, pela qual ela se comprometia a pagar, parceladamente, os três meses de salários atrasados e abastecer imediatamente a cooperativa, e eles voltaram ao trabalho (OP 21/2/1936). Mas foi apenas para paralisar novamente em maio, porque a companhia não respeitou a letra do acordo, nem quanto aos pagamentos em atraso, nem quanto ao sortimento regular do armazém da cooperativa que novamente estava vazio. Ainda nessa ocasião, os graniteiros aceitaram novo acordo, com intermediação da União Sindical e outros sindicatos, voltando ao trabalho.

Em cada um desses movimentos, porém, a Cia. conseguia créditos extras do governo do Estado, pelo que se pode considerar que havia um interesse da mesma em manter essa situação, fato que foi denunciado pelo deputado Carlos Santos na tribuna da assembléia gaúcha, em dezembro, quando houve a terceira greve. Em novembro e dezembro, os trabalhos foram paralisados e foi necessária uma mobilização de

¹²Nesse momento, a firma responsável pela pedreira é Dahne, Conceição e C. Nesse momento, a firma responsável pela pedreira é Dahne, Conceição e C.

todos os sindicatos com o fim de arrecadar gêneros alimentícios para estas famílias, o mesmo fazendo a Prefeitura que entregou ranchos aos atingidos. O jornal *A Evolução* pregava a cassação do registro da Cia. e o pagamento imediato dos salários e o *A Opinião Pública* também condenou duramente a situação.

Como resultado da greve de dezembro, o governo do Estado, através de intervenção da própria União Sindical, concedeu à Cia. Americana de Pavimentos e Construciones uma elevada quantia em adiantamento, por conta de pedra a ser fornecida para obras na barra de Rio Grande. Entretanto, os diretores da empresa ouviram inúmeros boatos sobre a instável situação política do Estado, devido às brigas entre Flores da Cunha e Getúlio e decidiram não colocar este dinheiro nas obras aqui situadas, mas aplicá-lo na Argentina, onde tinham negócios. Assim, em meados de 1937, ocorreu a quarta greve, em que os graniteiros gestionaram, junto ao prefeito, para conseguir que as pedreiras, pertencentes ao Estado, fossem postas a trabalhar sob a administração da Secretaria de Obras Públicas (OP 4/6/1937).

Aqui, vê-se o quanto era frágil a organização operária, que não tinha meios de impedir que os trabalhadores fossem manipulados dessa forma por uma companhia, a quem o governo não coibia a atuação, embora fosse também prejudicado por ela. Ao longo desses anos, o número dos graniteiros paulatinamente decaiu, mas mesmo assim continuavam nucleados ao redor de seu sindicato, numa situação grotesca, pois cada movimento de revolta terminava sendo instrumentalizado pela Cia., que auferia lucros com ele e tomava medidas apenas paliativas e enganosas com relação aos seus direitos. Por outro lado, as jogadas desta companhia eram conhecidas e denunciadas por vários setores, dos sindicatos à imprensa tradicional, passando pela Assembléia, mas nada era feito em favor destes operários, que cada vez mais se situavam na incômoda situação de pedintes.

Quanto à organização popular, embora não ocorressem campanhas populares de grande expressão, como no passado, foi nesses anos que a participação política tomou o rumo das grandes frentes populares, com a LEP, a ANL, a Frente Popular em Rio Grande e a Concentração Popular em Pelotas. Ou seja, houve um avanço no patamar organizativo desses movimentos, que conseguiram transformar-se em organismos de massa, orientando o protesto das camadas populares para sua resolução, via participação eleitoral. Ao mesmo tempo, ampliou-se o leque das reivindicações, que agora incluíam questões como saúde e higiene públicas, embora o tema da carestia fosse ainda recorrente, no discurso de dirigentes sindicais e políticos populares. O Sindicato dos Metalúrgicos de Pelotas organizou, em 1933 e 1934, a União dos Sem Trabalho, com o objetivo de servir como agência de empregos (*O Proletário*, 8/12/1933 e 17/6/1934). O fato desta iniciativa ter partido de um sindicato oficial, demonstra que, em alguns casos, os operários se preocupavam com o conjunto da classe e não apenas com o estreito quadro dos seus próprios interesses corporativos.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL :

A década de 30 foi a de implantação da legislação sindical. No Estado surgido com a Revolução de 30, a classe operária começou a ocupar um papel importante dentro da estratégia política do governo. Esse processo de incorporação do proletariado à vida política e social da nação foi lento, nessa e na próxima década, mas nos anos 30, o Estado implantou a maior parte dos instrumentos sindicais e leis trabalhistas que informariam sua ação sobre os trabalhadores. No que diz respeito à nova política governamental para esse setor, elas implicavam, diretamente, um controle sobre as suas associações de classe, impondo uma forma única de organização e conformando e disciplinando sua atuação, através de copiosa legislação sindical. As leis trabalhistas se tornaram o verdadeiro fio condutor dessa década, nas duas cidades, pois todos os grupos que atuavam no movimento operário, se moveram e definiram, cresceram ou desapareceram, em função de seu relacionamento com as mesmas. As leis sociais atenderam a reivindicações antigas das classes operárias, correspondendo, nesse aspecto, a uma vitória da classe. Entretanto, a forma como foram implantadas e o conjunto de medidas em que estavam inseridas, terminou propiciando o ambiente ideal para que o governo instalasse uma base governista dentro do movimento. Sem voltar a discussões já estabelecidas sobre função e importância da legislação sindical no novo Estado brasileiro¹³, cumpre ressaltar seu caráter desmobilizador, procurando canalizar todas as ações operárias para dentro do Ministério ou pela interlocução com agentes legais. Junto a isso, a limitação e, depois, o aniquilamento da autonomia sindical, as leis políticas repressivas sobre os militantes e correntes operárias completaram o quadro de condicionamento do movimento sindical pelo governo. Com isso, a organização anterior da classe foi completamente destruída, sendo reorientada através dos canais institucionais. A maioria dos autores que trabalharam com esse período ou outros posteriores, reconheceram o papel nefasto na organização do movimento operário da legislação sindical, não só enquanto nova forma estruturante das associações, mas também pelo impacto e conseqüências que trouxe para a militância e a atuação de correntes mais radicais. Contudo, logo que estabelecidas, as leis sindicais tiveram um imenso poder de atração sobre os sindicalistas, pois pareciam disciplinar o setor das relações de trabalho, com leis válidas tanto para trabalhadores quanto para patrões. Uma das vantagens mais apreciadas, quanto aos novos sindicatos, era a possibilidade de contar com a interferência do Ministério do Trabalho, Indústria e

¹³ Para uma discussão sobre as diversas visões, remete-se os leitores a WEFFORT, 1973; VIANNA, 1978; ALMEIDA, 1978; ROWLAND, 1974; ANTUNES, 1982 e BOITO Jr. , 1991.

Comércio e com a Justiça, em seus conflitos com os patrões e a possibilidade, que imaginavam existir, de finalmente serem ouvidos em suas reclamações. Num primeiro momento, o operariado acreditou nisso, inclusive suas lideranças. Somente após algum tempo de funcionamento do novo sistema, conseguiram entrever os limites das leis do trabalho. Na região, isso é facilmente demonstrado pelo grande número de pedidos de reconhecimento de sindicatos que foi solicitado nos anos de 1932 e 1933. Ao contrário das análises de Werneck Vianna (1976) que considera que os elementos mais conscientes entre os trabalhadores tiveram resistência em participar da estrutura sindical, na região vê-se que muitos deles estavam à frente do processo, buscando a sindicalização de forma precoce, desiludindo-se com ela, também rapidamente e a partir de então tentando buscar novos caminhos para o movimento sindical, num movimento truncado, entretanto, pela ditadura do Estado Novo e a repressão.

Para Werneck Vianna, há uma relação inversa entre o grau de mobilização e a implantação do sindicalismo oficial entre as categorias. Baseando-se em dados do Ministério do Trabalho sobre o reconhecimento de sindicatos e suas respectivas datas, ele estabelece a relação de que, quanto mais interiorizada e menos industrializada fosse a região, maior seria seu grau de adesão à sindicalização oficial e, inversamente, onde o movimento fosse mais dinâmico e forte, menor seria essa adesão (Vianna, 1976). Incorporando essa tese, Antunes destaca que "a penetração do 'sindicalismo de estado' deu-se, inicialmente, nas categorias mais atrasadas, sem experiência de luta e sem combatividade, para posteriormente atingir aquelas mais avançadas" (Antunes, 1982, p. 84) e também aceitando que as categorias mais politizadas só se dobraram, vencidas pela acentuada força repressiva do regime pós 35. Analisando a posição das correntes que atuavam no movimento, afirma que aquelas de esquerda, entre elas os comunistas, ofereceram arraigado combate às leis sindicais. Entretanto, tais conclusões não se aplicam plenamente às cidades de Pelotas e Rio Grande. Nas duas, a adesão dos sindicalistas à proposta governamental foi significativa e o processo de sindicalização começou ainda durante o ano de 1932. Ao mesmo tempo, essa situação não se enquadra no esquema montado pelos autores acima, de que somente locais periféricos e atrasados adeririam, rapidamente, à sindicalização oficial. Isso porque, se Pelotas e Rio Grande eram locais interiorizados e de localização periférica, em relação ao conjunto da industrialização nacional, não poderiam ser considerados periféricos dentro do contexto gaúcho, pois ainda se constituíam, e manteriam essa posição por muitos anos, no segundo pólo industrial do Estado. Da mesma forma, o estudo de sua intensa mobilização nos anos finais da década de 20 não permite colocá-las como locais atrasados em termos de movimento sindical. Inclusive, vai-se notar que vários dos sindicalistas atuantes no período de 1928-1930 estava ainda atuando no período seguinte, passando a construir centrais sindicais e sindicatos oficialistas.

Neste ponto, vai-se tratar apenas resumidamente do movimento sindical nas duas cidades, que foram mais detalhadamente descritas em nossa tese de doutorado (Loner, 1999, v. 2). Pelotas nessa década teve várias associações operárias centrais, além do desenvolvimento de três dezenas de sindicatos, vários deles atuantes (veja tabela 3). As principais centrais sindicais em atividade no período foram a Frente Sindicalista Pelotense (FSP) e a União Sindical dos Empregados de Pelotas (USEP). Além delas existiu o *Círculo Operário Pelotense (COP)*, que surgiu em fins de 1931, o pioneiro no Brasil, como uma proposta da Igreja para a classe operária efetivada em 15/3/1932. O COP se estruturou buscando aproveitar as propostas sindicais do governo para montar um aparato religioso dentro do movimento operário, com a missão de combater o comunismo e disputar não só o operário enquanto classe, mas sua pessoa e sua alma para a igreja. Ele oferecia instrução e cultura; fundação de instituições beneficentes (caixas mortuárias e econômica); assistência médica e jurídica e criação de agência de colocações, para emprego. Para os sindicatos, era garantida sede, secretaria e assessoria jurídica, mas dentro da estrutura, os sindicatos tinham pouca independência. Sua organização estava sob o controle da Igreja, através da figura do assistente eclesiástico, na verdade o verdadeiro orientador dos trabalhos do Círculo, pois concentrava boa parte do poder em suas mãos. O COP cresceu rapidamente e, a partir de sua experiência, espalhou-se para outras regiões do estado e do Brasil, sempre mantendo a característica anti-comunista e de disputa dos operários contra correntes autônomas ou radicais do movimento. Sua atuação trouxe muitos problemas, tanto em Pelotas quanto em Rio Grande, as centrais sindicais estabelecidas.

A *Frente Sindicalista de Pelotas, ou Pelotense (FSP)* nasceu em agosto de 1932, sendo instalada com seis sindicatos em 16/8/1932. A relação dos sindicatos filiados, em abril de 1933, compreendia gráficos, padeiros, alfaiates, pedreiros, estivadores, marceneiros e carpinteiros, marítimos, sapateiros, graniteiros, tecelões, metalúrgicos, trabalhadores em barracas e em fábricas de bebidas, “chauffeurs”, jornaleiros, magarefes, garçons num total de 17. Mais adiante, congregou trabalhadores em fábricas de sabão e velas, trabalhadores em café e fumos, além de acolher os ceramistas e chapeleiros, que, em março de 1934, pedem filiação à Frente, desligando-se do Círculo Operário Pelotense. A Frente conseguiu transformar-se na entidade sindical mais poderosa da cidade, no decorrer dos anos de 1933 e 1934, o que era notado, inclusive em termos numéricos. Em novembro de 1933, a FSP dizia ter 18 sindicatos reconhecidos oficialmente pelo MTIC¹⁴, enquanto o COP, em janeiro de 1934, apresentava o mesmo número de 11 sindicatos de janeiro de 1933. Mas, na segunda metade de 1934, a FSP entrou em crise, principalmente pela evolução da campanha eleitoral desse ano e da divisão provocada dentro da Federação Operária do

¹⁴Esse dado foi retirado de informação da FSP ao jornal OP de 3/11/33. Entretanto, pelos dados do *Boletim do MTIC n.º 16*, de dezembro de 1935, ela só teria oito sindicatos reconhecidos pelo Ministério. Provavelmente a FSP colocou, para fins de propaganda, todos seus filiados como reconhecidos pelo MTIC.

Rio Grande do Sul, apoiada pela FSP e um grupo de dirigentes ministerialistas que tentava formar nova entidade central, com resultados desastrosos para o movimento sindical gaúcho.

Nacionalmente, a partir da revolta da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, a repressão tornou-se extensiva a todo o movimento popular e sindical, provocando a desorganização de muitos sindicatos e a intervenção em outros. Enquanto isso, a ação política também sofreu empecilhos, embora se mantivesse ativa, durante os anos de 35 e 36, principalmente. Foi nesse período que se encontrou a repetição de um fenômeno notado em outras décadas: enquanto Porto Alegre e Rio Grande amargavam maior repressão, em Pelotas, o movimento sindical e popular conseguiu manter melhor nível de organização e atuação. Aos poucos, alguns sindicatos, outrora vinculados à FSP ou de organização tardia, tentaram articular uma entrada conjunta na União Sindical, vinculada ao COP, mas passando por um pacto de comprometimento, quanto a espaço político e completa independência política e religiosa. Esse processo foi liderado pelo grupo de sindicalistas comunistas, conseguindo trazer para dentro da União, agora chamada de União Sindical de Empregados Pelotense (USEP), os demais sindicatos. Com a unificação, o movimento sindical ganhou novo alento e alguns sindicatos se reorganizaram mesmo na terrível conjuntura repressiva de 1935. No ano de 1936, a repressão desatada sobre o movimento operário inibiu suas atividades mas, mesmo assim, ela continuou crescendo, congregando 26 associações naquele ano, no qual conseguiu seu reconhecimento pelo MTIC (*Evolução* 10/5/1936 e OP 18/8/1936). Em 1937, seus próprios dirigentes reconheciam que era a maior organização proletária do Estado e uma das maiores do país, contando com 27 sindicatos "perfeitamente organizados" e dois em organização (barbeiros e ofícios vários). Os filiados eram os sindicatos: de pedreiros, metalúrgicos, gráficos, farinheiros, trabalhadores em laticínio, trabalhadores em barracas, em fábricas de sabão e velas, em cargas e descargas terrestres, em adubos e produtos químicos, em fábricas de café, em fumo, ceramistas, pintores, alfaiates, marítimos de pequena cabotagem, carpinteiros, estivadores, comerciários, bancários, motorneiros, sapateiros, panificadores, choferes, graniteiros, empregados em hotéis, cafés, restaurantes e similares, magarefes e curtumeiros. Quanto ao número de sindicalizados, a entidade afirmava, em março, ter cerca de 10.000 filiados¹⁵. Contudo, a organização sofreu intervenção do governo em 1937, patrocinada pelo COP, quando da eleição de uma diretoria autônoma, rotulada de comunista pelos setores comprometidos com o Círculo. Vendo fechadas todas as formas de atuação legais e com a experiência acumulada ao longo da década, os sindicalistas autônomos resolveram formar enfim uma entidade livre, a Comissão Pró Autonomia Sindical, que deveria atuar por fora da legislação sindical. Mas o tempo histórico também se reduzia para eles, pois em novembro, a decretação do Estado Novo, tornou muito perigoso persistir na idéia de uma entidade que afrontasse as regras do governo na questão trabalhista. Expurgada a União

¹⁵OP 1/3/1937. A USEP reunia o conjunto dos sindicatos, entre os quais muitos não pertenciam ao setor industrial.

Sindical, foi possível ela e o COP festejarem conjuntamente os 1º de Maio de 1938 e 1939. A extinção da entidade ocorreu pelo decreto n.º 1402, que proibiu a existência de centrais sindicais.

Quanto a Rio Grande, a cidade contou com numerosos e fortes sindicatos, muitos deles vinculados ao porto (ver tabela 5) e também teve várias centrais sindicais, embora mais fracas que suas congêneres pelotenses. Como herança do passado, existia a *Sociedade União Operária (SUO)*, uma entidade referencial em termos do movimento operário rio-grandino atuando, em alguns momentos, como a verdadeira representante do proletariado, organizado ou não. Local natural de reuniões conjuntas da classe, acumulava a responsabilidade de sediar inúmeros sindicatos durante toda a década, cobrando módicos aluguéis, ou cedendo o lugar gratuitamente a sindicatos em estágio inicial de formação. Ainda se constituiu, graças ao seu espaçoso prédio, em local de realização de vários comícios da classe trabalhadora e da população em geral da cidade, além de espaço de organização e militância das várias tentativas de organização política classista em Rio Grande, e manteve um jornal *A Evolução*. Em 1936 sofreu intervenção policial, ficando fechada alguns meses. A Igreja também esteve presente no movimento, dividindo-o, porém num grau de atuação menor do que em Pelotas, com a criação do *Círculo Operário Rio Grandino*, em outubro de 1932.

Frente Sindical de Rio Grande ou Frente Sindical Cidade de Rio Grande (FSRG) - A Frente rio-grandina, fundada em 16 de outubro de 1932, congregava o sindicatos: gráficos, pedreiros, carpinteiros, charuteiros, metalúrgicos, trabalhadores do Porto e Barra, magarefes, padeiral, estiva, tecelagem, calçados e SUO¹⁶ entrando posteriormente os comerciários. Em meados de 1933, ela afirmava que reunia 14 sindicatos, com 6.200 sócios¹⁷. Sua atuação procurava não esquecer o lado político e as reivindicações mais abrangentes, incluindo aquelas referentes a condições de vida, higiene e urbanização..Estavam representadas na FSRG as diversas correntes sindicais existentes na cidade, mas os interesses diversos e a “exportação” da crise da Federação Operária do Rio Grande do Sul, fez a entidade entrar em crise e desaparecer em abril de 1934.

A partir de então, Rio Grande conheceu uma série de tentativas malogradas de estabelecimento de novas entidades centrais, como a *Coligação Proletária Local ou Coligação das Associações proletárias de 1934, a Frente Única Proletária (FUP)*, proposta vinda da FORGS em fins de 1934, e que retomava a idéia dos comitês de ação única e a *Federação Sindical*, proposta surgida em 1935, convidando-se todos os 18 sindicatos. Segundo *A Evolução* (2/6/1935), foi com espanto que seus proponentes viram que vários sindicatos não compareceram, muitos constituídos de camaradas conscientes, e outros, que vieram, estavam desiludidos e desanimados, não acreditando que desse certo. A Federação foi fundada com

¹⁶ *Livro de Atas da Frente Sindicalista de Rio Grande*, ano 1933-1934, ata n.º 29 de 30/5/33.

¹⁷ *idem*, ata n.º 32, de 23/ 6/33.

quatro sindicatos e a SUO, mas não durou. Em inícios de 36, começou-se a organizar a União Sindical, tendo a participação de Carlos Santos, agora como deputado classista e do inspetor do MTIC, Jacuy Magalhães (*Evolução* 2/2/1936). Ela foi criada em 20 de fevereiro com os sindicatos dos Carpinteiros, Estiva, Conferentes, Práticos, Maquinistas e Motoristas, Padeiros, Porto e Barra, Fiação e Tecelagem, Charuteiros, Magarefes, Gráficos, Comércio e a SUO (*A Evolução* 8/3/1936). Congregava mais sindicatos do porto que outras centrais, mas não conseguiu manter um funcionamento regular, existindo de forma intermitente. Um dos motivos mais evidentes dessa fraqueza organizativa foi o aumento do nível de repressão depois da revolta da ANL. Em janeiro de 1937, houve sinais que indicavam a reorganização da União Sindical pelos 18 sindicatos mais organizados (*A Evolução* 10/1/1937), iniciando-se um trabalho um pouco menos intermitente, mas logo truncado pela decretação do Estado Novo.

Concluindo, é inegável que a implantação da estrutura sindical oficial foi o grande fator delimitante da atuação do movimento operário nessa década. Os males advindos do atrelamento sindical se fizeram sentir precocemente, dando início a uma desestabilização interna do movimento, que, de um centro interno, baseado na força de seu número e na sua capacidade de luta, vai passar a reagir e atuar em função de um centro externo: o Estado, seu poder de legislação e coação, tanto sobre sindicalistas quanto patrões. Inicialmente, os dirigentes sindicais reagiram com entusiasmo as novas leis, se constituindo em alguns de seus mais vigorosos defensores. Em poucos anos, sobreveio a desilusão com a prática ministerial e governamental e os sindicalistas tiveram que conviver com o dilema de atuar dentro das leis sindicais, ou, ao romper com elas, não encontrar espaço de atuação. A estrutura sindical tolhia seus passos, direcionava suas atividades para dentro da estrutura do Estado e deixava-os fragilizados frente à possíveis intervenções do governo. Ao preencher o espaço destinado à entidades de categorias, regulando suas atividades e funções, e definindo os benefícios concedidos aos trabalhadores apenas para seus filiados, o governo eliminava grande parte da viabilidade de uma organização sindical alternativa. Mas essa atuação condicionada e regulada, revelou-se infrutífera na defesa dos interesses de classe, e apenas tendo resultados limitados em casos particulares. Isso levou à desilusão com a estrutura sindical e a tentativas de combate à interferência governamental, por parte dos sindicalistas mais conscientes em Pelotas. Contudo, a evolução da conjuntura política, com a decretação do Estado Novo, interrompeu essa tentativa, pois o movimento amadureceu tardiamente quanto as conseqüências do atrelamento sindical e, quando ocorreu, a conscientização não encontrou espaço político, nem pode efetivar-se em práticas alternativas no movimento sindical.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)* - Tese Doutorado FFLCH- USP, São Paulo, 1978.

ALMEIDA, Pedro Cunha de. *A gestão das condições materiais da implantação da indústria gaúcha*. In: TARGA, Luís (Org.) *Gaúchos e paulistas: dez estudos de história social comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996, p. 93-115.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.

BANDEIRA, Pedro S. *As raízes históricas do declínio da região sul*. In: ALONSO, José; BENETTI, Maria e BANDEIRA, Pedro. *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre: FEE, 1994, p.7- 48.

BARRETO, Álvaro. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos operários (1932-1935)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 1996a .

BESKOW, Paulo. A Formação da economia arroseira do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 4, nº 2, 1987, p.55-84.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de estado no Brasil : uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Ed.. Unicamp, 1991.

FEE. *De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE, 1986.

FONSECA, Pedro. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

HERRLEIN Jr., Ronaldo e DIAS, Adriana. *Trabalho e indústria na Primeira República*. In: TARGA, Luiz Roberto (Org.). *Gaúchos & paulistas*. Dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE 1996, p. 141-180.

IBGE. *Recenseamento geral do Brasil*, 1º setembro de 1940. Censo Demográfico do Estado do RS. Parte XX, tomo 1, RS.

LONER, Beatriz. *Classe operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre, Tese (doutorado em Sociologia) UFRGS, 1999, 2º volume.

LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. Pelotas: ED.UFPel, 2000.

MÜLLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José e GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 358-402

MACHADO, Carmen. *O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul*, de 1930 a 1937. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFRGS, 1983.

PESAVENTO, Sandra. *República Velha gaúcha- Charqueadas - Frigoríficos.- criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.

PETERSEN , Silvia e LUCAS, M^a Elisabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1989.

PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

ROWLAND, Robert. Classe operária e estado de compromisso. *Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 8, p. 5-40 . ab./mai/jun/ 1974.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.

TEJO, Limeira. *Estatística industrial do Rio Grande do Sul*, ano de 1937. Diretoria geral de Estatística. Porto Alegre: Globo, 1939.

TROYANO, Annez Andraus. *Estado e Sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 4, p.67-105, abr/mai/jun. 1973.

TABELA 1 - Quadro comparativo do desenvolvimento industrial entre Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande - Ano 1937

| Municípios | Número de Fábricas e Oficinas | Capital (\$) | Número de operários | Força motriz em HP | Valor da Produção (\$) |
|-------------------|--------------------------------------|---------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------------|
| Porto Alegre | 1.082 | 146.585.587 | 14.456 | 13.117 | 328.376:348 |
| Pelotas | 89 | 19.243.920 | 2.120 | 2.702 | 48.584:710 |
| Rio Grande | 131 | 73.413:662 | 6.000 | 5.923 | 133.607:613 |

Fonte: Estatística Industrial Rio Grande do Sul, 1937, p. 66/67.

TABELA 2 - Quadro comparativo de fábricas existentes em Pelotas de 1890 A 1925

| Fábricas | 1890 | 1897 | 1911 | 1918 | 1925 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| de acolchoados | - | - | | | 04 |
| de adubos | 01 guano | | | | 01 |
| de asfalto | - | | | | 01 |
| de bonés | - | | | | 02 |
| de balanças | - | | | | 01 |
| de balas e caramelos | - | | | | 05 |
| de pão e bolacha | | | 26 | 21 | |
| de biscoitos | - | 01 | 01 | 01 | 01 |
| de banha | - | | | | 17 |
| de calçados | - | 04 | 02 | 09 | 22 |
| de conservas | - | | 07 | 09 | 36 |
| de cepas para tamancos | 01 | | | | 04 |
| de água mineral | - | | | | 01 |
| de carroças | - | 02 | | | 13 |
| de seges | 07 | 02 | | | |
| de cal | 01 | 01 | | | 01 |
| de chapéus | 05 | 04 | 02 | 03 | 03 |
| de chapéus de sol | 01 | | 01 | 01 | 01 |
| de cerveja | 08 | 05 | 02 | 02 | 02 |
| de cola | 02 | | 02 | 02 | 02 |
| De café | 04 | 10 | 08 | 03 | 06 |
| de elixir, xaropes, produtos medicinais | | 03 | 04 | 03 | 01 |
| de escovas e vassouras | 03 | 03 | 06 | 07 | 05 |
| de formas para chapéus | - | | | | 02 |

de fogos - 02 03 01 01

Continuação

| Fábricas | 1890 | 1897 | 1911 | 1918 | 1925 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| de fumos | 05 | 06 | 11 | 06 | 08 |
| de gasosa e gelo | 01 | 01 | 02 | 03 | 07 |
| de instrumentos musicais | - | | 01 | | 01 |
| de licores e gasosas | 04 | | | | |
| de lombilhos | - | | | | 06 |
| de louças de barro | 03 | 02 | 03 | 03 | 02 |
| de latas | - | | | | 05 |
| de malas e baús | 02 | 01 | 04 | 03 | 02 |
| de móveis de madeira | - | | | | 14 |
| de móveis e objetos de vime | 02 | 01 | 04 | 04 | 03 |
| de móveis de ferro | - | | | | 02 |
| de móveis | | 01 | 02 | 02 | |
| de produtos químicos | - | | | | 02 |
| de roupas* | 03 | | 03 | 01 | 06 |
| de refinação de graxa, óleos e perfumarias | 03 | 01 | 02 | 01 | 03 |
| de sabão, sabonete e velas | 08 | 09 | 12 | 09 | 03 |
| de sacos | - | | | | 11 |
| de tecidos | - | | 01 | 01 | 03 |
| de vinhos, vinagre e licores | 03 | 04 | 02 | 03 | 09 |
| de vidros | - | 02 | 01 | | 02 |
| de farinha e engenhos | 01 | 01 | 19 | 34 | 27 |

| | | | | | |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| de cartonagem | 01 | | | | 01 |
| de camisas e cartonagem | | 01 | | | |
| de línguas | 03 | 01 | 03 | | |
| de gaiolas | 01 | - | | | |
| de guarda sol | | 01 | | | |
| de massas | 05 | 02 | 06 | 01 | |
| charqueadas | 18 | 15** | 16 | 07 | 11 |
| Fábricas | 1890 | 1897 | 1911 | 1918 | 1925 |
| destilação de álcool | | 02 | | | |
| conhaque | | 02 | | | |
| de chocolate | | 01 | | | |
| de beneficiar solas | | 01 | | | |
| de mosaicos tijolos, ladrilhos | | 13 | 28 | 24 | 03 |
| de coroas de flores | | | 02 | 11 | |
| de refinar açúcar | | | 01 | 03 | |
| Curtumes | 28 | 46 | 28 | 37 | 33 |
| Estaleiro naval | | | 02 | 02 | |
| de carros e outros veículos | | | 06 | 12 | |
| de beneficiar arroz | | | 01 | 01 | |

Fonte: Quadro feito a partir do *Boletim de Estatística* de 1890 e dos Relatórios de Intendentes dos anos de 1897, 1911, 1918, 1923 e 1925. Os relatórios de 1918 e 1925, incluem empresas rurais.

TABELA 3 - Entidades sindicais de empregados em Pelotas, 1930 - 1937

| Sindicato | Data Instalação | Data Reconhecimento | Observações |
|-------------------------------------|--------------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| Alfaiates | 21/11/1932 | 14/6/1933 | FSP e USEP |
| Bancários | 26/8/1933 | 4/10/1934 | USEP |
| Barbeiros e Cabeleiros | Tentativa criação 22/9/1932 | ... | FSP |
| Empregados em Barbearias | 6/4/1934 | ... | 1937 está em organização |
| Trabalhadores em Barracas | 10/10/1932 | 15/5/1933 | COP e USEP |
| Carpinteiros | 19/9/1932 | 23/1/1933 | COP e USEP |
| Chapeleiros | 10/9/1932 | 23/1/1933 | COP, FSP e USEP |
| Chauffeurs | 23/11/1932 | 9/6/1933 | FSP e USEP |
| Trab. Carga e Descarga Terrestres | ... | ... | ... |
| Trab. Cerâmicas | 3/11/1932 | 8/4/1933 | COP, FSP e USEP |
| Coureiros, Chineleiros | Tentativa em 17/10/1932 | ... | Não conseguem organizar-se |
| Trab. Curtumes | 13/10/1932 | 23/1/1933 | COP e USEP |
| Contabilistas | 23/11/1932 | 2/2/1936 | Sócios em comum com comerciantes |
| Empregados no Comércio | 18/4/1933 | 23/3/1934 | USEP |
| Empreg. Comércio Secos e Molhados | 9/1/1933 | ... | COP – Desaparece |
| Estivadores | 10/10/1932 | 23/2/1933 | FSP e USEP |
| Empreg. Farmácias e Droga-rias | 12/10/1932 | 23/1/1933 | COP |
| Empreg. Hotéis, Cafés, Restaurantes | 13/1/1933 | 10/7/1934 | FSP e USEP |
| Farinheiros | 12/9/1931 | 23/1/1933 | COP e USEP |
| Fiação e Tecelagem | 29/6/1932 | 13/4/1934 | FSP e USEP |
| Força e Luz | | | Existia na greve de 1930 |

| U. Trab. Gráficos | 5/1/1932 | 5/4/1933 | FSP e USEP |
|----------------------------------|---------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| Graniteiros | Out. 1932 | ... | FSP e USEP |
| Jornaleiros ou Diaristas | Tentativa de Criação Jan. 1933 | ... | FSP |
| Sindicato | Data Instalação | Data Reconhecimento | Observações |
| Lavadeiras | Existe Set. 1933 | ... | COP |
| Marcineiros | Out. 1932 | ... | FSP Sindicato Paralelo |
| Metalúrgicos | 6/11/1932 | 15/5/1933 | FSP e USEP |
| Magarefes | Out. 1932 | 20/10/1933 | FSP e USEP |
| Trab. Indústria Saladeril | Existia antes de 1932, no Areal | - | Livre, influência anarquista |
| Motorneiros | 7/11/1932 | 23/1/1933 | COP e USEP |
| Ofícios Vários | 1937 – Em Organização | ... | USEP |
| Padeiros | 27/7/1931 | 20/5/1933 | FSP e USEP |
| Pedreiros | Existe Out. 1932 | ... | FSP – Sindicato Paralelo |
| Pedreiros e Serventes | 28/8/1932 | 23/11/1933 | COP e USEP |
| Pintores em Construção Civil | 10/9/1932 | 23/1/1933 | COP e USEP |
| Sapateiros | 14/11/1932 | 29/5/1933 | FSP e USEP |
| Trab. Fáb. Café e Fumo | 30/12/1933 | ... | Divide-se nos seguintes |
| Trab. Fáb. Fumo | Existe 1937 | ... | USEP |
| Trab. Fáb. Café | Existe 1937 | ... | USEP |
| Fáb. Bebidas | 26/10/1932 | ... | COP |
| Trab. Laticínios | 20/8/1932 | 23/1/1933 | COP e USEP |
| Trab. Adubos e Produtos Químicos | Existe 1937 | ... | USEP |
| Trab. Fáb. Sabão e Velas | 21/4/1934 | ... | FSP e USEP |

Fonte: Compilação dos dados da pesquisa

As categorias de barbeiros, chauffeurs, curtumeiros, gráficos, empregados em hotéis, cafés e restaurantes, metalúrgicos, magarefes(trabalhadores de faca) , padeiros e sapateiros, estavam organizados na Federação do Trabalho nos anos de 1929 e inícios de 1930.

TABELA 4- Entidades sindicais de empregados em Rio Grande, 1930 - 1937

| Entidades | Componentes | Fundação | Destino |
|--|--|------------------|---------------------------------|
| Sociedade União Marítima | Trabalhadores Marítimos – Anarquista | Existe 1925 | Existe 1930 |
| Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Rio Grande | Conferentes | 17/9/1934 | Existe 1936 |
| Sindicato Práticos, Mestres e Arraes | Profissionais de Navegação Lacustre | 26/2/1934 | Existe 1937 |
| Sindicato dos Operários da Es-tiva | Estivadores | 7/10/1931 | Existe 1937 |
| Sindicato dos Marítimos | Sindicato Local | Existe 1934 | Existe 1935 |
| Sindicato Marinheiros e Moços da Marinha Mercante | Sindicato Local em 1935, antes era Delegacia | Maió/ Junho 1935 | Existe 1936 |
| Sindicato dos Padeiros | Padeiros | Existe 1928 | Transforma-se sindicato oficial |
| Sindicato dos Operários em Panificação | Padeiros | 3/1/1932 | Existe 1936 |
| Sindicato dos Foguistas | Sucursal do Rio | Existe 1934 | ... |
| Sindicato Maquinistas e Motoristas Marinha Mercante | | 8/4/1933 | Existe 1936 |
| Sindicato Operários Descarregadores de Cebola | | Existe 1934 | ... |
| Sindicato Trabalhadores no Porto e Barra do Rio Grande | | 30/1/1932 | Existe 1937 |
| Sindicato Operários Fábrica de Conservas | | Existe 1933 | Existe 1936 |
| Sindicato dos Sapateiros | | Existe 1933 | Desorganizado 1936 |
| Sindicato Empregados Comércio Rio Grande | Comerciários | 28/11/1932 | Existe em 1943 |
| Sindicato Pintores | Pintores | Existe 1933 | Existe 1934 |
| Sindicato dos Operários Pedreiros e Classes Anexas | Pedreiros e Serventes | 6/7/1932 | Existe 1936 |
| Sindicato Operários Carpinteiros e Classes Anexas | Carpinteiros | 31/10/1932 | Existe 1936 |
| Sindicato dos Marceneiros | Marceneiros | Existe 1933 | ... |

| | | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Sindicato da Construção Civil | Pedreiros, Marceneiros e Carpinteiros | Fusão Sindicatos em 17/1/1935 | Existe em 1937 |
| Sindicato dos Bancários | Bancários | 5/4/1933 | Existe 1935 |

Continuação

| Entidades | Componentes | Fundação | Destino |
|---|--------------------------------|-----------------|--|
| Sindicato Operários Fiação e Tecelagem | Tecelões | 10/10/1932 | Existe 1936 |
| Sindicato Magarefes e Classes Anexas | Carneadores | 28/10/1932 | ... |
| Sindicato Operários Metalúrgicos | Metalúrgicos | 18/10/1932 | ... |
| Sindicato Trabalhadores Gráficos e Classes Anexas | Gráficos | 6/11/1932 | Existe 1937 |
| Sindicato dos Ferroviários | Ferroviários | Existe 1935 | ... |
| Núcleo Ferroviário do Sindicato dos Empregados Viação Férrea Porto Alegre | Sede Regional | Existe 1934 | ... |
| Sindicato dos Charuteiros | Operários em Fumos | 1932 | Existe 1937 |
| Sindicato dos Empregados em Hotéis, Restaurantes e Similares | Garçons, Camareiros, Porteiros | Existe em 1935 | Existe em 1943 |
| Sindicato dos Operários de Cargas e Descargas | Carregadores | Existe 1936 | ... |
| Sindicato da Viação e Iluminação | Trabalhadores Bonde e Usina | Existe 1935 | Desorganiza-se 1935 |
| Sindicato Trabalhadores da Força e Luz | Trabalhadores Bonde e Usina | 13/3/1936 | ... |
| Sindicato Empregados Município | Funcionários Públicos | Existe 1933 | 1933 - A Frente Sindicalista pede que seja extinto |

Fonte: Compilação dos dados da pesquisa